

AÇÃO AFIRMATIVA DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO NO CEFET-PA

H. S. C. ROCHA

Diretoria de Ensino Superior – CEFET-PA
Av. Almirante Barroso, 1155 Marco CEP 66.000-000 Belém-PA
E-mail: helenacefetpa@yahoo.com.br

S. R. S. DUARTE

Coordenação de Educação – CEFET-PA
Av. Almirante Barroso, 1155 Marco CEP 66.000-000 Belém-PA
E-mail: sreginauarte@uol.com.br

A. C. R. FERREIRA

Bolsista de Administração do PROJETO PICEFET-PA – ESMAC-PA
Cidade Nova VIII, Estrada da Providência, 10 Coqueiro CEP 67.110-000 Ananindeua-PA
E-mail: angelcefe@yahoo.com.br

RESUMO

Este Projeto visa atender aos propósitos expressos na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na LDB 9.394/96, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira. O CEFET-PA insere-se na Política de Educação Inclusiva do Governo Federal em prol da democratização do acesso e permanência de afrodescendentes e indígenas no ensino superior. Pretende-se mostrar os resultados parciais de um recorte do projeto vivenciado na metade de seu percurso como forma de estimular a criação dispositivos de combates raciais. Trata-se de um curso preparatório patrocinado pela UNESCO/SECAD/MEC com duração de 9 meses desenvolvido em 900 horas, distribuídos em 200 dias letivos, sendo destinadas 700 horas para disciplinas de Formação Geral e 200 horas para atividades de Valorização Social e Cultural e Étnico Racial. O projeto está na metade de seu percurso, mas isso nos permite afirmar que é grande a procura de pessoas desfavorecidas lutando para o ingresso no ensino superior. Quanto às políticas afirmativas para a educação superior, o que os dados apresentados indicam é que os processos seletivos para esse nível de ensino têm funcionado como um filtro étnico (que exclui os afrodescendentes e indígenas) e socioeconômico (que exclui os pobres e portadores de necessidades educacionais especiais), e que, portanto, não estão ingressando os “mais capazes”, como define a Constituição, mas os mais bem treinados. Enquanto não chegamos à eliminação dessas diferenças, devem ser adotadas algumas ações afirmativas importantes que não colidam com o critério de mérito na seleção de alunos. O apoio a cursos pré-vestibulares gratuitos dirigidos às “minorias” parece-nos, hoje, a mais oportuna.

Palavras-chave: Ação afirmativa; ensino superior, inclusão, afrodescendentes, acesso, permanência.

1. INTRODUÇÃO

Este Projeto visa atender aos propósitos expressos na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na LDB 9.394/96, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

A adoção de medidas nesse sentido pode constituir-se num importante fator de enfrentamento das desigualdades sociais, cujos efeitos são constatados no cenário educacional de todo país. Tais medidas no CEFET-PA precisam assentar-se a nosso ver no tripé: políticas de investimento efetivo na qualidade da Educação Básica ofertada pela instituição (Ensino Médio, Ensino Técnico (concomitante e integrado); políticas de acesso (tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior) e políticas de permanência. De nada adianta uma sem a outra, pois acreditamos que de nada adianta mudar parte da engrenagem sem investir no sistema como um todo.

Nesse sentido, a complexa questão da ampliação da democratização do acesso deve ser pensada, a partir da seguinte premissa: a instituição reconhece que a existência de condições desiguais de escolarização no Brasil para pobres, afrodescendentes, indígenas e outros, com dificuldades em termos de qualidade do ensino público e escasso investimento na garantia de corpo docente qualificado e bem remunerado e condições satisfatórias de ensino nesses setores, é fator crucial na determinação do acesso desses grupos ao ensino superior;

A partir do exposto, pretendemos contribuir para debates sobre a ampliação da democratização de acesso no âmbito do CEFET-PA, sinalizando seu empenho institucional, com responsabilidade, com a inclusão social e a excelência acadêmica, por meio das ações e políticas acima elencadas e aprovadas. Apontamos, ainda, a necessidade de compromisso do poder público com o apoio a iniciativas que caminhem na direção de um ensino de qualidade e não apenas para medidas imediatistas e conjunturais, que pouco poderão contribuir para a reversão do quadro injusto e preconceituoso que impera na educação brasileira.

Todos estes dispositivos legais apontam para a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afrodescendentes e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir. Nesse sentido o projeto envolve os gestores, seus professores e a todos implicados na elaboração, execução, avaliação de programas de interesse educacional, de planos institucionais, pedagógicos e de ensino. Destina-se, também, às famílias dos estudantes, a eles próprios e a todos os cidadãos comprometidos com a educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando pretenderem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e educadores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática.

O CEFET/PA, sendo uma instituição de ensino com compromisso social insere-se na Política de Educação Inclusiva do Governo Federal em prol da democratização do acesso e permanência de afrodescendentes e indígenas no ensino superior no Brasil.

Sabe-se que no Brasil há um número insignificante de afrodescendentes e indígenes nesse nível de ensino, pois trazem consigo a herança das injustiças sofridas por um povo que viveu na época Colonial, e que até os nossos dias sofrem preconceitos. Portanto, é necessário a promoção de dispositivos que ampliem a oportunidade de acesso e permanência dessas minorias na universidade para romper com a desigualdade social iniciada no passado.

2. AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO CEFET-PA

A pequena presença de afrodescendentes nos cursos de universidades públicas é uma das manifestações da desigualdade racial existente no Brasil. É reconhecidamente consensual o discurso de estudiosos que apontam a adoção de medidas políticas de universalização da educação, saúde e de outros serviços públicos como solução, tanto para a questão racial quanto para as desigualdades sociais que ainda se mostram entranhadas na sociedade brasileira, mesmo após o progresso econômico experimentado pelo Brasil no século XX.

Os pré-vestibulares populares procuram se diferenciar dos privados através de algumas modificações no seu currículo incluindo, de forma geral, uma disciplina de “cidadania e cultura”, oficinas de artes, participação dos alunos na gestão e alterações no conteúdo programático das disciplinas de ciências humanas. Por mais criativos que sejamos ainda teremos que preparar os alunos para um exame que avalia alguns aspectos das estruturas de um conjunto, grande, de conhecimentos pré-estabelecidos. Algumas reorientações podem ser adotadas, pois fazem parte de consensos, como investir em ações que visem a melhoria da qualidade da Educação Básica.

Outras são menos enfocadas, como a criação de novas metodologias de ensino que atendam as necessidades daqueles que já terminaram o Ensino Médio e pleiteiam uma vaga na universidade pública. E outras são mais polêmicas, como as políticas de reserva de vaga e as políticas de cotas. Entretanto, todas visam a democratização do acesso à universidade pública e a mudança do exame vestibular é um ponto comum. Logo, o nosso foco de ação deve ser este. Devemos aproveitar a força e a experiência de luta desses movimentos e, minimamente, transformar as resistências acadêmicas às políticas de cotas e de reserva de vagas em ações concretas que visem a mudança desse processo seletivo excludente. Temos que compreender que vivemos um momento propício para avançarmos rumo à democratização efetiva da universidade pública que possibilitará o fortalecimento das lutas pela constituição e democratização de outros espaços públicos.

No âmbito da comunidade predomina a idéia de que as vagas são preenchidas, em sua maioria, por alunos da cor branca, procedentes das escolas particulares e cujas famílias pertencem às classes média e alta. É comum a afirmação de que “o CEFET-PA é uma instituição elitizada” e que não atende à sua verdadeira demanda na condição de instituição pública e gratuita. Com este artigo, pretende-se contribuir para que a comunidade acadêmica e a sociedade civil tomem conhecimento dos números que mostram a realidade da instituição. Estes dados poderão ou não confirmar a visão de “instituição elitista” que a tem sustentado.

O Governo atual, através do Ministério da Educação, desencadeou um amplo processo de discussão, diante da demanda dos diversos setores da sociedade civil organizada, onde ficou constatado que o racismo tem estado presente nas universidades públicas brasileiras. Por conseguinte, o MEC tem acenado positivamente junto às iniciativas de instituições de educação superior que se mostrem dispostas a adotar políticas de cotas e outras medidas de ações afirmativas para promover o acesso de afrodescendentes a esse nível de ensino.

No bojo dessa discussão, o CEFET-PA, em 2005, acenou com a possibilidade de investir em políticas de ações afirmativas para afrodescendentes, índios, portadores de necessidades educacionais especiais e estudantes provenientes das escolas públicas através do Projeto Vestibular Solidário, além de sempre ter concedido o benefício da isenção de taxas no seu processo seletivo aos candidatos que comprovem que não possuem condições financeiras para o pagamento das mesmas. Enfim, é importante ressaltar que esta instituição tem envidado esforços no sentido de criar mecanismos que facilitem o acesso e a permanência de todos, procurando respeitar e valorizar a diversidade.

No último processo seletivo aos cursos superiores do CEFET-PA acorreram 5.096 candidatos como pode ser verificado na Tabela 1:

TABELA 1
RAÇA INSCRITOS

Raça	CANDIDATOS	%
Amarela	587	12
Branca	1.442	28
Negra	1.384	27
Indígena	281	6
Outras	1.275	25
Não respondeu	127	2
Total	5.096	100

FONTE: GTI – Fevereiro/2006

Do total de inscritos, 28% se auto-declararam brancos, 27% afrodescendentes, 25% diz-se pertencer a outras raças, 12% se declararam da raça amarela e 6% indígenas. No entanto, 2% optou por não responder ao questionamento. Dos aprovados, 34% se auto-declararam brancos, 30% de outras raças, 20% são afrodescendentes, 10% amarelos, 4% indígenas e 2% optou por não responder ao questionamento (Tabela 2).

TABELA 2
RAÇA CLASSIFICADOS

Raça	CANDIDATOS	%
Amarela	32	10
Branca	117	34
Negra	67	20
Indígena	12	4
Outras	101	30
Não respondeu	6	2
Total	335	100

FONTE: GTI – Fevereiro/2006

Estes dados indicam a necessidade de ampliação do acesso das minorias ao CEFET-PA, no intuito de fortalecer e reconhecer a diversidade racial e os valores culturais da população brasileira. Além disso, esta iniciativa é importante no sentido de tentar superar as desigualdades raciais existentes no Brasil, não apenas na educação, como também em outros setores da sociedade.

3. O PICEFET-PA

O PICEFET-PA é um projeto desenvolvido em parceria com a UNESCO/MEC-SECAD visando ampliar o acesso de minorias afrodescendentes, indígenes e desfavorecidos nos cursos superiores, tanto do CEFET-PA como de outras instituições do estado. Trata-se de um curso preparatório ao vestibular que está sendo desenvolvido desde abril de 2006 em 900 horas, distribuídos em 200 dias letivos, sendo destinadas 700 horas para disciplinas de Formação Geral e 200 horas para atividades de Valorização Social e Cultural e Étnico Racial. A metodologia de ensino é voltada para as disciplinas de Formação Geral e Formação de Valorização Social e Cultural, com procedimentos metodológicos permitindo fácil acesso a aprendizagem na aquisição de conhecimentos técnicos e científicos e certamente contribuir para o alcance do objetivo geral do projeto.

Os conteúdos das disciplinas de Formação Geral estão em consonância com a LDB 9394/96 e a partir destes, serão incorporados os conteúdos de Formação e Valorização Social e Cultural Étnico e Racial, que estão sendo desenvolvidos através de: leituras de livros e textos,

revistas, filmes, vídeos, palestras, debates, discussões que abordem sobre a temática em questão, visitas a ONGS, Museus, Movimentos afrodescendentes e indígenas; Trabalho de pesquisa de campo em Comunidades de afrodescendentes e índios da região.

O projeto objetiva ampliar as condições de acesso e permanência de afrodescendentes e indígenas no ensino superior. De forma específica visa proporcionar reflexões sobre a temática da Valorização racial e étnica; conhecer legislação contra preconceito de afrodescendentes; vivenciar a realidade de afrodescendentes e indígenas; perceber que o conhecimento pode e deve ser acessível a todos; promover espaço de informações acerca da problemática racial; desenvolver interesse pela realidade sociocultural dos afrodescendentes e indígenas; estimular criação de dispositivos de combate racial; comparar condições de vida entre comunidades visitadas; promover interdisciplinaridade das disciplinas: língua portuguesa, geografia, sociologia, filosofia, história, matemática; criar, criticar, denunciar, almejar; conhecer mais sobre a cultura de afrodescendentes e índios; conhecer projetos de combate ao racismo; promover a auto-estima do aluno; qualificar docentes para o desempenho das atividades de Formação e Valorização Cultural Social Étnica e Racial.

A avaliação do curso está favorecendo o acompanhamento e controle das ações desenvolvidas. Foi organizado um espaço e tem um cronograma que favorece reuniões mensais entre coordenadores, entre professores, entre coordenador pedagógico e professores, entre coordenadores e professores. Em relação aos alunos está ocorrendo um teste simulado bimestralmente, além das observações feitas pelos professores nas atividades de sala de aula no decorrer do curso.

Para a seleção de alunos para o PICEFET o candidato apresentou: xerox da carteira de identidade; certidão de nascimento; 1 foto 3x4; Comprovante de Residência (água, luz ou telefone); comprovante de renda familiar; Preenchimento de um formulário. Foram selecionados 164 alunos afrodescendentes, 23 indiodescendentes e 48 alunos com menor renda familiar.

As bolsas de manutenção foram destinadas aos alunos que preencheram os seguintes requisitos: Atender os requisitos de ser afrodescendente ou descendente de indígenas, além de ter estudado em escola pública; ter renda mensal familiar do aluno inferior a um salário mínimo; o Baixo nível educacional dos pais; Comprovante de membros da família portadores de necessidades especiais; Condição do imóvel de moradia e dos bens materiais dentro do lar (constatado através de visita domiciliar).

O projeto está na metade de seu percurso, haja vista ter seu início em abril, sendo ofertadas 235 vagas que foram preenchidas em 70% por alunos afrodescendentes, 10% por indiodescendentes, mas isso nos permite afirmar que é grande a procura de pessoas desfavorecidas lutando para o ingresso no ensino superior. Pode-se destacar o caso do CEFET-PA que ofertou em 2006, 335 vagas, com uma concorrência desigual entre 5.096 concorrentes.

Enquanto tenta-se caminhar rumo à democratização e acesso de minorias no ensino superior, não custa lembrar que, sozinhos, os cursos superiores não produzem igualdade. Medidas afirmativas devem ultrapassar os muros das universidades, serem amparadas por uma política de Estado, disciplinada por leis que promovam a igualdade racial e que interfiram mais diretamente nos mecanismos de apropriação de renda. Se o estabelecimento de cotas pretende diversificar a composição racial da elite brasileira, de sua classe média em especial, e se as cotas são uma tentativa de reconciliação do Brasil consigo mesmo, são necessárias, não só cotas nas universidades, como também cotas raciais nos empregos.

A universidade apresenta-se como um dos principais instrumentos que possibilita a construção de um projeto de ascensão social. É nesse sentido que o estudo contribui para o campo da educação na dimensão racial dentro das instituições que ofertam cursos superiores. E, também fica claro que a simples mudança de ingresso é apenas um aspecto de um processo mais amplo, segundo o qual se deve buscar um modelo de universidade mais adequada à realidade do aluno brasileiro. A educação superior no Brasil precisa ser acessível às classes populares, mas com qualidade. Daí, a questão do ingresso e a permanência dos alunos afrodescendentes no

Ensino Superior, reclama uma política diferenciada devido a todo o processo discriminatório e excludente sofrido no passado e atuante no presente. Mas é preciso encontrar saídas próprias que respeitem as culturas, os valores locais, regionais e nacionais.

Em um país autoritário como o nosso, no qual direitos quase sempre foram confundidos com privilégios, as políticas de ação afirmativa orientadas para os afro-brasileiros certamente sofrerão pesadas críticas. Entretanto, é necessário avançar. Ousar recriar o Brasil em bases mais democráticas. É possível que a conquista e a posse dos direitos da cidadania, bem como a garantia de que os Afrodescendentes possam exercer esses direitos, de forma efetiva, certamente requer muito mais que a implementação de políticas de ação afirmativa. Entretanto e certamente, terá que passar por elas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às políticas afirmativas para a educação superior, o que os dados apresentados indicam é que os processos seletivos para esse nível de ensino têm funcionado como um filtro étnico (que exclui os afrodescendentes e indígenas) e socioeconômico (que exclui os pobres e portadores de necessidades educacionais especiais), e que, portanto, não estão ingressando nesse nível de ensino os “mais capazes”, como define a Constituição, mas os mais bem treinados. A introdução de políticas afirmativas, em especial se adotada nos cursos mais concorridos, trará um novo perfil de aluno que, se é carente em uma série de conteúdos cobrados no vestibular (e que geralmente são desconsiderados posteriormente nos cursos de graduação), é rico em outros, decorrentes de um maior conhecimento do país real, aquele onde vive a maioria da população, o que trará um ganho de qualidade às instituições de educação superior, sem falar daqueles advindos de uma composição social mais diversificada.

Além disso, essa medida, com certeza, terá um impacto muito positivo sobre a qualidade da educação básica, pois trará de volta para a escola pública muitos segmentos que a abandonaram.

O acesso à educação superior só será democratizado de fato quando todos os jovens tiverem condições de cursar um ensino médio de boa qualidade, e nesse sentido, o CEFET-PA já vem atuando ao longo de sua história. Enquanto não chegamos à eliminação dessas diferenças, devem ser adotadas algumas ações afirmativas importantes que não colidam com o critério de mérito na seleção de alunos. O apoio a cursos pré-vestibulares gratuitos dirigidos aos pobres, afro-descendentes, portadores de necessidades educacionais especiais e indígenas parece-nos, hoje, a mais oportuna. E isso, o CEFET-PA já vem realizando com o Projeto Vestibular Solidário e, agora, com o PICEFET.

Em suma, este projeto passa a se constituir em mais um dos instrumentos de que dispõe esta instituição para tornar cada vez mais efetiva a mais nobre das suas vocações: a de contribuir, de maneira decisiva para o desenvolvimento econômico sustentável da região, por meio da geração do conhecimento e do saber, pressuposto fundamental para a promoção humana e inclusão social. Assim, o CEFET-PA estará preparado para desempenhar o papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Estado do Pará, constituído por cidadãos em permanente processo de formação, intelectualmente preparados para enfrentar os desafios do novo século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Lucio. Rota de igualdade. **Folha de São Paulo**, 11/10/2000, p. A/3.

BARCELOS, Luis Cláudio. **Raça e realização educacional no Brasil**. Rio de Janeiro. IUPERJ (Tese de Mestrado em Sociologia). 1992.

BRASIL. Constituição Federal, 1988.

-----, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

DIAS, Marcelo. **PRONUNCIAMENTOS DO DEPUTADO FEDERAL LUIZ ALBERTO PT-BA E DEPUTADO ESTADUAL MARCELO DIAS PT-RJ SOBRE OS 110 ANOS DA ABOLIÇÃO**. Disponível em: <<http://www.marcelodias.org.br>> acesso em 20 de janeiro de 2001.

GOMES, Nilma L. A contribuição dos afrodescendentes para o pensamento educacional brasileiro. In Petronilha G. e Silva, Lucia M. de A. Barbosa. **O Pensamento Negro em Educação no Brasil**. EDUFSCAR. São Carlos. 1997.

HASENBALG, Carlos A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal. 1979.

MINC, Carlos. **Projeto de Lei nº 89/99**. Dispõe sobre a instituição de cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino médio e superior para alunos que pertençam a setores etno-raciais historicamente discriminados. Disponível em: <<http://www.alerj.gov.br/minc>> acesso em 23 de março de 2001.

PAIM, Paulo. **Projeto de Lei nº 3198, de março de 2000**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/paulopaim/lpaim.htm>> acesso em 15 de janeiro de 2001

ROSEMBERG, Fúlvia. Relações Raciais e rendimento escolar. In: **Raça negra e educação, Cadernos de Pesquisa**. São Paulo (63), 19-24, Novembro. Fundação Carlos Chagas. SP. 1987.